

ANEXO II

Condições Gerais aplicáveis aos Contratos de Subvenção financiados pela União Europeia no âmbito das Ações Externas

ÍNDICE

As explicações dos termos utilizados nas presentes Condições Gerais podem ser consultadas no Glossário de Termos, constante do anexo A1 do Guia Prático dos Procedimentos Contratuais no âmbito das Ações Externas da UE.

No caso das subvenções de funcionamento, o termo «Ação» deve ser entendido como «programa de trabalho».

O termo «Coordenador» refere-se ao Beneficiário designado como Coordenador nas Condições Especiais. O termo «Beneficiários» refere-se coletivamente a todos os Beneficiários da Ação, incluindo o Coordenador. Quando exista um único Beneficiário da Ação, os termos «Beneficiários» e «Coordenador» devem ser, ambos, entendidos como referências ao Beneficiário único da Ação.

A expressão «parte(s) no presente contrato» refere-se à(s) parte(s) signatária(s) do presente contrato [ou seja, ao(s) Beneficiário(s) e à Administração Contratante].

O termo «dias», no contexto do presente contrato, refere-se a dias de calendário, salvo especificação em contrário.

1.Artigo 1.º - Disposições gerais	2
2.Artigo 2.º - Obrigação de apresentação de relatórios financeiros e narrativos	3
3.Artigo 3.º - Responsabilidade	4
4.Artigo 4.º - Conflito de interesses	5
5.Artigo 5.º – Confidencialidade	5
6.Artigo 6.º - Visibilidade.....	5
7.Artigo 7.º – Propriedade/utilização dos resultados e dos ativos	6
8.Artigo 8.º - Avaliação/acompanhamento da ação	6
9.Artigo 9.º - Alteração do contrato	7
10.Artigo 10.º — Implementação	7
11.Artigo 11.º - Prolongamento e suspensão	8
12.Artigo 12.º - Rescisão do contrato	9
13.Artigo 13.º - Direito aplicável e resolução de litígios.....	12
14.Artigo 14.º – Custos elegíveis	12
15.Artigo 15.º - Pagamento e juros de mora	15
16.Artigo 16.º - Contabilidade e controlo técnico e financeiro	20
17.Artigo 17.º – Montante final da subvenção.....	22
18.Artigo 18.º – Recuperação	24

DISPOSIÇÕES GERAIS E ADMINISTRATIVAS

1. ARTIGO 1.º - DISPOSIÇÕES GERAIS

Princípios gerais

- 1.1. Os Beneficiários e a Administração Contratante são as únicas partes no presente contrato. Se a Comissão Europeia não for a Administração Contratante, não é parte no presente contrato, que lhe confere unicamente os direitos e obrigações nele expressamente mencionados.
- 1.2. O contrato e os pagamentos inerentes não podem ser cedidos a terceiros em nenhuma circunstância sem o acordo prévio escrito da Administração Contratante.

Proteção de dados

- 1.3. Os dados pessoais serão tratados exclusivamente para efeitos da execução, gestão e acompanhamento do contrato pela Administração Contratante, podendo ser igualmente transmitidos a organismos responsáveis pelo acompanhamento ou inspeção, em conformidade com a legislação da UE. Os Beneficiários terão o direito de acesso aos seus dados pessoais e de correção dos mesmos. Caso os Beneficiários tenham quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais, devem enviá-las à Administração Contratante. Os Beneficiários têm o direito de recurso, a qualquer momento, para a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.
- 1.4. Os Beneficiários devem limitar o acesso e a utilização dos dados pessoais ao estritamente necessário para a execução, gestão e acompanhamento do presente contrato e tomar todas as medidas adequadas de segurança técnica e organizativa necessárias para preservar a mais estrita confidencialidade e limitar o acesso a esses dados.

Função dos Beneficiários

- 1.5. Os Beneficiários devem:

Realizar a Ação conjunta e solidariamente em relação à Administração Contratante, tomando todas as medidas necessárias e razoáveis para assegurar que a Ação é executada em conformidade com a respetiva descrição, constante do anexo I, e as condições do presente contrato.

- a) Para o efeito, os Beneficiários devem executar a Ação com o cuidado, a eficiência, a transparência e o zelo necessários, de acordo com o princípio de boa gestão financeira e com as melhores práticas neste domínio.
- b) Ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação que lhes incumba por força do presente contrato, conjunta ou individualmente;
- c) Transmitir ao Coordenador os dados necessários à elaboração dos relatórios, demonstrações financeiras e outros documentos e informações exigidos pelo presente contrato e seus anexos, assim como todas as informações necessárias em caso de auditorias, verificações, acompanhamento ou avaliações, em conformidade com o estipulado no artigo 16.º;
- d) Assegurar que as informações a prestar e os pedidos dirigidos à Administração Contratante são enviados através do Coordenador;
- e) Acordar nas providências adequadas ao nível interno para a coordenação interna e a representação dos Beneficiários perante a Administração Contratante

relativamente a qualquer questão decorrente do presente contrato, em conformidade com este e no cumprimento da legislação aplicável.

Função do Coordenador

1.6. O Coordenador deve:

- a) Verificar se a Ação é executada nos termos do presente contrato e assegurar a coordenação com todos os Beneficiários na execução da Ação;
- b) Ser o intermediário para qualquer comunicação entre os Beneficiários e a Administração Contratante;
- c) Ser responsável pela transmissão à Administração Contratante de todos os documentos e informações que possam ser exigidos nos termos do presente contrato, em particular no que diz respeito aos pedidos de pagamento. Se for necessário obter informações dos Beneficiários, o Coordenador deve ser responsável pela sua obtenção, verificação e consolidação antes do seu envio à Administração Contratante.

Qualquer informação prestada, ou pedido apresentado, pelo Coordenador à Administração Contratante, deve ser considerada como tendo recebido o acordo de todos os Beneficiários;

- d) Informar a Administração Contratante de qualquer ocorrência suscetível de afetar ou atrasar a execução da Ação;
- e) Informar a Administração Contratante de qualquer alteração na situação jurídica, financeira, técnica, orgânica ou relativa à propriedade, assim como de qualquer alteração da denominação, endereço ou representante legal de qualquer dos Beneficiários;
- f) Responder no âmbito de auditorias, verificações, acompanhamento ou avaliações, conforme estipulado no artigo 16.º, facultando todos os documentos necessários, incluindo as contas dos Beneficiários, cópias dos documentos comprovativos mais pertinentes e cópias assinadas de quaisquer contratos celebrados de acordo com o artigo 10.º;
- g) Ter plena competência financeira para garantir que a Ação é executada de acordo com o contrato;
- h) Concluir os acordos adequados destinados à prestação da garantia financeira, sempre que exigida, em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.º 2 das Condições Especiais;
- i) Elaborar os pedidos de pagamento de acordo com o contrato;
- j) Ser o único recetor, em nome de todos os Beneficiários, dos pagamentos da Administração Contratante. O Coordenador deve assegurar que os montantes devidos são subsequentemente pagos aos Beneficiários sem atrasos injustificados;
- k) Abster-se de delegar a totalidade ou parte destas tarefas nos Beneficiários ou noutras entidades.

2. ARTIGO 2.º - OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS FINANCEIROS E NARRATIVOS

- 2.1. O Beneficiário deve transmitir à Administração Contratante todas as informações exigidas sobre a execução da Ação. O relatório deve ser apresentado de modo que permita comparar os objetivos, os meios previstos ou empregues, os resultados esperados e obtidos e os dados orçamentais relativos à Ação. O nível de pormenor dos relatórios deve

corresponder ao da descrição e do orçamento da Ação. O Coordenador deve reunir todas as informações necessárias e elaborar relatórios intercalares e finais consolidados. Os relatórios devem:

- a) Abranger toda a Ação, independentemente da parte que é financiada pela Administração Contratante;
- b) Consistir numa parte narrativa e numa parte financeira, elaboradas segundo os modelos constantes do anexo VI;
- c) Prestar contas de todos os aspetos da execução da Ação no período abrangido, incluindo, no caso de opções de custos simplificados, as informações qualitativas e quantitativas necessárias para demonstrar o cumprimento das condições de reembolso estabelecidas no presente contrato;
- d) Ser redigidos em português e indicar os valores na moeda utilizada no presente contrato;
- e) Incluir qualquer atualização do plano de comunicação, conforme previsto no artigo 6.º, n.º 2;
- f) Incluir todos os relatórios, publicações, comunicados de imprensa e atualizações pertinentes à Ação;

2.2. Além disso, o relatório final deve:

- a) Abranger os períodos não abrangidos pelos relatórios anteriores;
- b) Incluir as provas das transmissões de propriedade, conforme estipulado no artigo 7.º, n.º 5.

2.3. As Condições Especiais podem estabelecer obrigações de informação suplementares.

2.4. A Administração Contratante pode pedir informações suplementares em qualquer momento. O Coordenador deve prestar essas informações no prazo de 30 dias a contar do pedido, na mesma língua do contrato.

2.5. Os relatórios devem ser apresentados com os pedidos de pagamento, de acordo com o artigo 15.º. Se o Coordenador não apresentar qualquer relatório, ou não prestar qualquer informação suplementar pedida pela Administração Contratante no prazo fixado, nem tiver apresentado uma explicação aceitável por escrito dos motivos para essa omissão, a Administração Contratante pode rescindir o contrato ao abrigo do artigo 12.º, n.º 2, alíneas a) e f).

3. ARTIGO 3.º- RESPONSABILIDADE

3.1. A Administração Contratante não pode, em caso algum, nem por motivo algum, ser responsabilizada pelos danos causados ao pessoal ou aos bens do Beneficiário no decurso da execução da Ação ou em consequência desta. A Administração Contratante não pode, consequentemente, aceitar qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por esses motivos.

3.2. Os Beneficiários são os únicos responsáveis perante terceiros, nomeadamente por danos de qualquer natureza a eles causados durante a execução ou em consequência da Ação. Os Beneficiários devem exonerar a Administração Contratante de qualquer responsabilidade decorrente de eventuais reclamações ou ações por infração das normas ou regulamentações cometida pelo próprio Beneficiário, pelos seus empregados ou pelas pessoas a seu cargo, ou violação dos direitos de terceiros.

4. ARTIGO 4.º - CONFLITO DE INTERESSES

- 4.1. Os Beneficiários devem tomar todas as medidas necessárias para impedir ou pôr termo a qualquer situação suscetível de comprometer a execução objetiva e imparcial do presente contrato. O conflito de interesses pode resultar, nomeadamente, de interesses económicos, afinidades políticas ou nacionais, relações familiares ou afetivas ou qualquer outra ligação ou comunhão de interesses relevante.
- 4.2. Caso surja um conflito de interesses durante o cumprimento do presente contrato, a Administração Contratante deve ser notificada imediatamente por escrito deste facto. Nesse caso, o Coordenador deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para resolver o conflito.
- 4.3. A Administração Contratante reserva-se o direito de verificar se tais medidas são adequadas, podendo, se necessário, exigir que sejam tomadas medidas adicionais.
- 4.4. Os Beneficiários devem assegurar-se de que o seu pessoal, incluindo os quadros, não é colocado numa situação suscetível de dar origem a conflitos de interesses. Sem prejuízo das suas obrigações contratuais, os Beneficiários devem substituir de imediato, sem direito a qualquer indemnização por parte da Administração Contratante, qualquer membro do seu pessoal que se encontre nessa situação.

5. ARTIGO 5.º – CONFIDENCIALIDADE

- 5.1. Sob reserva do estipulado no artigo 16.º, a Administração Contratante e os Beneficiários comprometem-se a preservar a confidencialidade de qualquer informação, independentemente da sua forma, revelada por escrito ou verbalmente no âmbito do cumprimento do presente contrato e classificada por escrito como confidencial durante cinco anos, pelo menos, após o pagamento do saldo.
- 5.2. Os Beneficiários não devem usar informações confidenciais para outros fins que não o do cumprimento das suas obrigações contratuais, salvo acordo em contrário da Administração Contratante.
- 5.3. Se a Comissão Europeia não for a Administração Contratante, deve, não obstante, dispor do acesso a todos os documentos comunicados à Administração Contratante e garantir a mesma confidencialidade.

6. ARTIGO 6.º - VISIBILIDADE

- 6.1. Salvo acordo em contrário ou pedido da Comissão Europeia, os Beneficiários devem tomar todas as medidas necessárias para publicitar o financiamento ou cofinanciamento da Ação pela União Europeia. Essas medidas devem ser conformes com o manual sobre a comunicação e a visibilidade das ações externas da União, elaborado e publicado pela Comissão Europeia, disponível em http://ec.europa.eu/europeaid/work/visibility/documents/communication_and_visibility_manual_en.pdf.
- 6.2. O Coordenador deve apresentar à Comissão Europeia, para aprovação, um plano de comunicação e mantê-la informada da sua execução, em conformidade com o artigo 2.º.
- 6.3. Os Beneficiários devem, em particular, mencionar a Ação e a contribuição financeira da União Europeia nas informações sobre a Ação transmitidas aos Beneficiários finais, nos seus relatórios internos e anuais, e durante eventuais contactos com os meios de comunicação social. Devem utilizar o logótipo da União Europeia sempre que tal seja adequado.

- 6.4. Qualquer comunicação ou publicação dos Beneficiários sobre a Ação, nomeadamente no âmbito de uma conferência ou seminário, deve mencionar que essa Ação beneficiou do apoio financeiro da União Europeia. Qualquer publicação dos Beneficiários, seja qual for a forma e o meio de comunicação utilizados, nomeadamente a Internet, deve conter a seguinte menção: «Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva de <nome dos Beneficiários>, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.».
- 6.5. Os Beneficiários autorizam a Administração Contratante e a Comissão Europeia (nos casos em que esta não seja a Administração Contratante) a publicar o seu nome e endereço, nacionalidade, finalidade da subvenção, duração e localização, assim como o montante máximo da subvenção e a taxa de financiamento dos custos elegíveis da Ação, conforme estipulado no artigo 3.º das Condições Especiais. A publicação destas informações pode ser dispensada se colocar em risco a segurança dos Beneficiários ou se prejudicar os seus interesses comerciais.

7. ARTIGO 7.º – PROPRIEDADE/UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS ATIVOS

- 7.1. Salvo estipulação em contrário nas Condições Especiais, a propriedade, os títulos e os direitos de propriedade intelectual e industrial dos resultados da Ação, assim como dos relatórios e outros documentos relativos a esta última, cabem aos Beneficiários.
- 7.2. Não obstante o disposto no artigo 7.º, n.º 1, os Beneficiários concedem à Administração Contratante (e à Comissão Europeia, sempre que esta não seja a Administração Contratante) o direito de utilizar livremente e da forma que considerar mais adequada, designadamente armazenar, modificar, traduzir, exhibir, reproduzir, publicar ou comunicar por qualquer meio todos os documentos derivados da Ação, independentemente da forma que assumam, desde que tal utilização não infrinja os direitos de propriedade industrial e intelectual existentes.
- 7.3. Relativamente a obras protegidas por direitos de propriedade intelectual, os Beneficiários devem assegurar-se de que detêm todos os direitos de utilização necessários ao cumprimento do presente contrato.
- 7.4. Caso sejam representadas, em fotografia ou filme, pessoas reconhecíveis, o Coordenador deve apresentar à Administração Contratante, no relatório final, uma declaração pela qual essas pessoas concedem a sua autorização para o uso descrito das suas imagens. O estipulado no parágrafo anterior não se refere a fotografias tiradas nem a filmes rodados em locais públicos em que apenas hipoteticamente sejam identificáveis pessoas presentes casualmente, nem a pessoas públicas no exercício das suas atividades.
- 7.5. Se os Beneficiários não tiverem a sua sede no país de execução da Ação, e salvo menção em contrário nas Condições Especiais, os equipamentos, veículos e fornecimentos financiados pelo orçamento da Ação devem ser transferidos, até à apresentação do relatório final, para os eventuais Beneficiários locais e/ou eventuais entidades afiliadas locais e/ou para os Beneficiários finais da Ação. Devem ser anexadas ao relatório final cópias dos documentos comprovativos da transferência dos equipamentos e veículos cujo valor de aquisição seja superior a 5 000 EUR por artigo. Os documentos comprovativos da transferência dos equipamentos e dos veículos cujo preço de compra tenha sido inferior a 5 000 EUR por artigo devem ser conservados pelos Beneficiários para efeitos de controlo.

8. ARTIGO 8.º - AVALIAÇÃO/ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO

- 8.1. Sempre que a Comissão Europeia proceda a uma avaliação intercalar ou *ex post* ou a uma missão de acompanhamento, o Coordenador deve colocar à sua disposição e/ou das pessoas por aquela autorizadas todos os documentos ou informações úteis para essa

avaliação ou missão de acompanhamento, proporcionando-lhes os direitos de acesso previstos no artigo 16.º.

- 8.2. Se os Beneficiários ou a Comissão Europeia efetuarem ou mandarem efetuar uma avaliação no decurso da Ação, devem facultar à outra parte e à Comissão Europeia uma cópia do relatório de avaliação.

9. ARTIGO 9.º - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. Qualquer alteração do presente contrato, incluindo dos respetivos anexos, deve ser efetuada por escrito. O presente contrato só pode ser alterado durante o seu período de execução.
- 9.2. Uma alteração não pode ter por objeto nem por efeito introduzir no contrato alterações suscetíveis de pôr em causa a decisão de atribuição da subvenção, nem violar o princípio da igualdade de tratamento dos requerentes. O montante máximo da subvenção referido no artigo 3.º, n.º 2 das Condições Especiais não pode ser aumentado.
- 9.3. Se a alteração for pedida pelos Beneficiários, o Coordenador deve apresentar um pedido devidamente fundamentado à Administração Contratante, trinta dias antes da data de entrada em vigor da alteração, exceto em circunstâncias especiais devidamente comprovadas e aceites pela Administração Contratante.
- 9.4. Se a alteração do orçamento ou da descrição da Ação não afetar o objetivo essencial da Ação e se a incidência financeira se limitar a uma transferência entre rubricas no âmbito de uma mesma rubrica orçamental principal, nomeadamente a supressão ou a introdução de uma rubrica, ou a uma transferência entre rubricas principais do orçamento que implique uma variação igual ou inferior a 25% do montante inicial (ou alterado por adenda) de cada uma das rubricas principais de custos elegíveis, o Coordenador pode alterar o orçamento e deve informar a Administração Contratante imediatamente por escrito. Este método não pode ser utilizado para a alteração de rubricas de custos indiretos, reserva para imprevistos, contribuições em espécie ou montantes ou taxas de opções de custos simplificados.
- 9.5. As mudanças de endereço, de conta bancária ou de auditor podem ser simplesmente notificadas pelo Coordenador. No entanto, em circunstâncias devidamente comprovadas, a Administração Contratante pode opor-se à opção do Coordenador.
- 9.6. A Administração Contratante reserva-se o direito de exigir a substituição do revisor de contas mencionado no artigo 5.º, n.º 2, das Condições Especiais, caso elementos desconhecidos à data da assinatura do presente contrato coloquem em causa a sua independência ou o seu profissionalismo.

10. ARTIGO 10.º — IMPLEMENTAÇÃO

Contratos de implementação

- 10.1. Se os Beneficiários tiverem de celebrar contratos com terceiros para a implementação da Ação, estes só podem cobrir uma parte limitada da Ação e devem respeitar os procedimentos de adjudicação de contratos e as regras de nacionalidade e de origem constantes do anexo IV do presente contrato.
- 10.2. Os Beneficiários devem assegurar que os contratantes a quem seja adjudicado um contrato de implementação cumprem o estipulado nos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 16.º do presente contrato.

- 10.3. No seu relatório à Administração Contratante, o Coordenador deve apresentar um relatório abrangente e pormenorizado sobre a adjudicação e a implementação de todos os contratos adjudicados nos termos do n.º 1.

Apoio financeiro a terceiros

- 10.4. A fim de apoiar a consecução dos objetivos da Ação e, em especial, nos casos em que a implementação da Ação implique apoio financeiro a terceiros, os Beneficiários podem conceder apoio financeiro, desde que as Condições Especiais o prevejam.
- 10.5. O montante máximo por apoio financeiro não pode exceder 60 000 EUR por terceiro, exceto se a finalidade principal da Ação for a redistribuição da subvenção.
- 10.6. A descrição da Ação, em conformidade com as instruções pertinentes emitidas a este respeito pela Administração Contratante, deve definir os tipos de entidade elegível para apoio financeiro e incluir uma lista fixa dos tipos de atividade elegíveis para apoio financeiro. Devem ser especificados os critérios de seleção de terceiros beneficiários deste apoio financeiro, incluindo os critérios para a determinação do seu montante exato. Os Beneficiários devem cumprir as regras em matéria de nacionalidade e origem constantes do anexo IV do presente contrato.
- 10.7. O relatório apresentado pelo Coordenador à Administração Contratante deve referir-se de forma abrangente e pormenorizada à concessão e à implementação de todos os apoios financeiros concedidos. Os relatórios devem conter, entre outras, informações sobre os procedimentos de concessão, identidade dos beneficiários do apoio financeiro, montantes concedidos, resultados alcançados, problemas enfrentados e soluções encontradas e atividades realizadas, assim como um calendário provisório das atividades por realizar.
- 10.8. Os Beneficiários devem assegurar ainda que os terceiros a quem seja concedido um apoio financeiro cumprem o estipulado nos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 16.º do presente contrato.

11. ARTIGO 11.º - PROLONGAMENTO E SUSPENSÃO

Prolongamento

- 11.1. O Coordenador deve informar sem demora a Administração Contratante de qualquer circunstância suscetível de entrar ou de atrasar a implementação da Ação. O Coordenador pode pedir um prolongamento do prazo de execução da Ação, ao abrigo do artigo 2.º das Condições Especiais e em conformidade com o artigo 9.º. O pedido deve ser acompanhado de todos os elementos comprovativos necessários para a sua apreciação.

Suspensão pelo Coordenador

- 11.2. O Coordenador pode suspender a execução da Ação, na totalidade ou em parte, se circunstâncias excecionais, principalmente casos de força maior, tornarem a implementação demasiado difícil ou perigosa. O Coordenador deve informar a Administração Contratante sem demora, declarando a natureza, a duração provável e os efeitos previsíveis da suspensão.
- 11.3. O Coordenador ou a Administração Contratante podem, nesse caso, rescindir o presente contrato, nos termos do artigo 12.º, n.º 1. Se o contrato não for resolvido, os Beneficiários devem envidar esforços para minimizar o período de suspensão, assim como eventuais danos, e retomar a execução da Ação logo que as circunstâncias o permitam, informando desse facto a Administração Contratante.

Suspensão pela Administração Contratante

- 11.4. A Administração Contratante pode pedir aos Beneficiários que suspendam a execução da Ação, ou parte dela, se circunstâncias excepcionais, principalmente casos de força maior, tornarem a implementação demasiado difícil ou perigosa. Para o efeito, a Administração Contratante deve informar o Coordenador da natureza e da duração provável da suspensão.
- 11.5. O Coordenador ou a Administração Contratante podem, nesse caso, rescindir o presente contrato, nos termos do artigo 12.º, n.º 1. Se o contrato não for resolvido, os Beneficiários devem envidar esforços para minimizar o período da sua suspensão, assim como eventuais danos, e retomar a implementação da Ação logo que as circunstâncias o permitam e depois de obtida a aprovação da Administração Contratante.
- 11.6. A Administração Contratante pode igualmente suspender o presente contrato, a participação dos Beneficiários no presente contrato ou, se necessário, verificar se:
- a) O procedimento de concessão da subvenção ou a implementação da Ação padecem de erros graves, irregularidades ou fraude;
 - b) Os Beneficiários infringiram qualquer obrigação importante decorrente do presente contrato.
- 11.7. O Coordenador deve facultar as informações, os esclarecimentos ou os documentos pedidos no prazo de 30 dias a contar da receção do pedido enviado pela Administração Contratante. Se, apesar das informações, dos esclarecimentos ou documentos facultados pelo Coordenador, o procedimento de adjudicação ou a implementação da subvenção se revelar inquinado de erros graves, irregularidades, fraudes ou infração de obrigações, a Administração Contratante pode rescindir o presente contrato ao abrigo do artigo 12.º, n.º 2, alínea h).

Força maior

- 11.8. Na aceção das presentes condições gerais, entende-se por «casos de força maior», eventos que as partes no presente contrato não possam evitar nem superar efetuando as devidas diligências, a ação das forças naturais, greves, *lock-outs* ou outros conflitos laborais, atos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por enxurradas, tumultos e explosões. A decisão da União Europeia de suspender a Cooperação com o país beneficiário é considerada um caso de força maior se implicar a suspensão do financiamento nos termos do presente contrato.
- 11.9. Não se considerará que os Beneficiários não cumpriram as suas obrigações contratuais se de tal tiverem sido impedidos por um caso de força maior.

Prolongamento do prazo de implementação na sequência de uma suspensão

- 11.10. Em caso de suspensão nos termos do artigo 11.º, n.ºs 2, 4 e 6, o prazo de implementação da Ação deve ser prorrogado por um período equivalente ao da suspensão, sem prejuízo das alterações ao contrato eventualmente necessárias para adaptar a Ação às novas condições de implementação. O artigo 10.º, n.º 10, não se aplica no caso de uma subvenção de funcionamento.

12. ARTIGO 12.º - RESCISÃO DO CONTRATO

Rescisão em caso de força maior

- 12.1. Nos casos previstos no artigo 11.º, n.ºs 2 e 4, se o Coordenador ou a Administração Contratante entenderem que o presente contrato deixou de ser eficaz ou adequadamente exequível, deve consultar a outra parte. Caso não cheguem a acordo quanto a uma

solução, o Coordenador ou a Administração Contratante podem rescindir o contrato mediante um pré-aviso escrito de dois meses, sem obrigação de indemnizar.

Rescisão pela Administração Contratante

12.2. Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, n.º 1, a Administração Contratante pode, após consulta do Coordenador, rescindir o presente contrato ou cancelar a participação de qualquer Beneficiário, sem obrigação de indemnizar, nas seguintes circunstâncias:

- a) Se um Beneficiário não cumprir, sem justificação, uma obrigação que lhe incumba, individual ou coletivamente, por força do contrato e, depois de notificado por escrito para que o faça, continuar a não as cumprir ou não apresentar uma explicação satisfatória no prazo de 30 dias a contar da receção da notificação;
- b) Se um Beneficiário se encontrar em situação de falência ou for objeto de um processo de liquidação, cessação de atividade, ou estiver sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- c) Se um Beneficiário, ou qualquer entidade ou pessoa com ele relacionada, for declarado culpado de uma infração, provada por qualquer meio, relacionada com a sua conduta profissional;
- d) Se um Beneficiário, ou qualquer entidade ou pessoa com ele relacionada, tiver praticado fraude ou corrupção ou estiver envolvido numa organização criminosa, em branqueamento de capitais ou em qualquer outra atividade ilegal em detrimento dos interesses financeiros da União Europeia;
- e) Se uma alteração na situação jurídica, financeira, técnica, orgânica ou relativa à propriedade do Beneficiário ou a cessação da participação deste afetar substancialmente o cumprimento do presente contrato ou puser em causa a decisão de concessão da subvenção;
- f) Se um Beneficiário, ou qualquer pessoa com ele relacionada, for culpado de declarações falsas na prestação de informações necessárias para o processo de adjudicação ou para a implementação da Ação, se não prestar – ou o não fizer nos prazos fixados pelo presente contrato – qualquer informação, relacionada com a Ação, pedida pela Administração Contratante;
- g) Se um Beneficiário não tiver cumprido as suas obrigações relativamente ao pagamento das contribuições para a segurança social ou ao pagamento de impostos de acordo com as disposições legais do país em que se encontre estabelecido;
- h) Se a Administração Contratante tiver provas de que um Beneficiário, ou qualquer entidade ou pessoa com ele relacionada, cometeu erros graves, irregularidades ou fraude no processo de adjudicação ou na implementação da Ação;
- i) Se um Beneficiário estiver sujeito a uma sanção administrativa, nos termos do artigo 12.º, n.º 8;
- j) Se a Administração Contratante tiver provas de que um Beneficiário está envolvido num conflito de interesses;
- k) Se a Comissão Europeia tiver provas de que um Beneficiário cometeu sistemática ou recorrentemente erros ou irregularidades, fraude, infração grave

de obrigações atinentes a outras subvenções financiadas pela União Europeia e adjudicadas ao mesmo Beneficiário sob as mesmas condições, desde que esses erros, irregularidades, fraude ou infração grave de obrigações tenham um impacto material na presente subvenção.

- 12.3. Nos casos referidos nas alíneas c), d), f), h) e k), a expressão «qualquer pessoa relacionada» significa qualquer pessoa singular com poderes de representação, tomada de decisões ou controlo em relação aos Beneficiários. A expressão «qualquer entidade relacionada» significa, nomeadamente, qualquer entidade que corresponda aos critérios estabelecidos no artigo 1.º da Sétima Diretiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983.

Cancelamento, pelo Coordenador, da participação de Beneficiários

- 12.4. Em casos devidamente justificados, o Coordenador pode cancelar a participação de Beneficiários num contrato. Para o efeito, o Coordenador deve comunicar à Administração Contratante as razões do cancelamento da participação e a data a partir da qual o mesmo produz efeitos, assim como uma proposta de redistribuição das tarefas que incumbiam aos participantes cuja participação foi cancelada ou da sua eventual substituição. A proposta deve ser enviada em devido tempo, antes de o cancelamento produzir efeitos. Se a Administração Contratante concordar, o contrato será alterado em conformidade, nos termos do artigo 9.º

Data de termo

- 12.5. As obrigações de pagamento da União Europeia no âmbito do presente contrato cessam, o mais tardar, 18 meses após o termo do período de implementação estipulado no artigo 2.º das Condições Especiais, exceto se o contrato for rescindido ao abrigo do artigo 12.º. A Administração Contratante deve notificar o Beneficiário de qualquer adiamento da data de termo.
- 12.6. O presente contrato cessa automaticamente se não tiver dado origem a qualquer pagamento por parte da Administração Contratante nos três anos subsequentes à sua assinatura.

Efeitos da rescisão

- 12.7. Em caso de rescisão, os Beneficiários terão direito apenas ao pagamento da subvenção correspondente à parte da Ação já executada, excluindo os custos associados aos compromissos em curso cuja execução deva ser assegurada após a rescisão.

Para o efeito, o Coordenador deve apresentar um pedido de pagamento à Administração Contratante no prazo fixado no artigo 15.º, n.º 2, contado a partir da data de rescisão.

Nos casos de rescisão previstos no artigo 12.º, alíneas a), c), d), f), h) e k), a Administração Contratante pode, após consulta do Coordenador e consoante a gravidade do incumprimento, pedir o reembolso da totalidade ou de parte dos montantes já pagos pela Ação.

Sanções administrativas e financeiras

- 12.8. Sem prejuízo da aplicação de outros recursos estipulados no contrato, os Beneficiários que emitam declarações falsas, cometam erros graves, irregularidades ou fraudes, ou infringjam gravemente as suas obrigações contratuais, podem ser excluídos de todos os contratos e subvenções financiados pela UE por um período máximo de cinco anos a contar da data da infração, confirmada após processo contraditório com a Comissão Europeia, em conformidade com a regulamentação financeira aplicável aos contratos cobertos pelo

orçamento ou pelo FED. Aquele período pode ser aumentado para 10 anos no caso de reincidência nos 5 anos subsequentes ao da primeira infração.

- 12.9. Além da sanção administrativa prevista no n.º 1, ou em alternativa, os Beneficiários podem também ser alvo de sanções financeiras correspondentes a uma percentagem entre 2% e 10 % do valor total do contrato. A taxa pode ser aumentada para 4% a 20 % no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes à primeira infração.
- 12.10. A Comissão Europeia deve notificar formalmente os Beneficiários em causa de qualquer decisão de aplicação dessas sanções.

13. ARTIGO 13.º - DIREITO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 13.1. O presente contrato rege-se pelo direito do país da Administração Contratante ou, se esta for a Comissão Europeia, pelo direito da União Europeia e, subsidiariamente, pelo direito belga.
- 13.2. As partes no presente contrato devem envidar todos os esforços no sentido de resolverem amigavelmente qualquer litígio que possa surgir entre si no decurso do cumprimento do presente contrato. Para o efeito, devem comunicar-se mutuamente por escrito as respetivas posições, assim como as soluções que considerem possíveis, e reunir-se a pedido de uma delas. O Coordenador e a Administração Contratante devem responder a um pedido de resolução amigável no prazo de 30 dias. Terminado este prazo, ou se o procedimento de resolução amigável não for bem-sucedido no prazo de 120 dias a contar da data do primeiro pedido, o Coordenador ou a Administração Contratante pode notificar à outra parte que considera que o procedimento fracassou.
- 13.3. Se fracassar o procedimento de resolução amigável, o litígio pode, de comum acordo entre o Coordenador e a Administração Contratante, ser submetido à conciliação da Comissão Europeia, se esta não for a Administração Contratante. Se não for encontrada uma solução no prazo de 120 dias a contar da data de início do processo de conciliação, cada parte pode notificar à outra que considera que o procedimento fracassou.
- 13.4. Se fracassarem todos os procedimentos mencionados nos números anteriores, cada parte no presente contrato pode submeter o litígio aos tribunais do Estado da Administração Contratante ou, se a Administração Contratante for a Comissão Europeia, aos tribunais de Bruxelas.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

14. ARTIGO 14.º – CUSTOS ELEGÍVEIS

Critérios de elegibilidade dos custos

- 14.1. São considerados custos elegíveis aqueles em que o Beneficiário tenha efetivamente incorrido e que satisfaçam os seguintes critérios:
- a) Terem sido concretizados durante o período de implementação da Ação estipulado no artigo 2.º das Condições Especiais. Em particular:
 - i) os custos relativos a serviços e obras devem corresponder a atividades desempenhadas durante o período de implementação, os custos relativos a fornecimentos devem corresponder a entrega e instalação de bens durante o período de implementação . A assinatura de um contrato, uma encomenda ou a assunção de um compromisso de expedição no período de implementação

para prestação de serviços, realização de obras ou fornecimento posteriores, após o termo do período de implementação, são contrários a este requisito,

- ii) os custos em que o Beneficiário incorreu devem ser pagos antes da apresentação dos relatórios finais. Podem ser pagas posteriormente, desde que sejam indicadas no relatório final, juntamente com a data prevista para o pagamento,
 - iii) Excetuam-se desta disposição os custos relativos aos relatórios finais, incluindo verificação dos custos, auditoria e avaliação final da Ação, nas quais o Beneficiário pode incorrer após o período de implementação da Ação,
 - iv) Os processos de adjudicação de contratos, a que se refere o artigo 10.º, podem ter sido iniciados e os contratos podem ser celebrados pelos Beneficiários antes do início do período de implementação da Ação, sob condição de terem sido respeitadas as disposições do anexo IV;
- b) estarem inscritas no orçamento global estimado para a Ação;
 - c) serem necessárias à implementação da Ação;
 - d) serem identificáveis e verificáveis, em particular estarem registadas na contabilidade dos Beneficiários e serem determinadas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis no país de estabelecimento dos Beneficiários e com as práticas habituais de contabilidade de custos dos Beneficiários;
 - e) Satisfazerem os requisitos da legislação fiscal e social aplicável;
 - f) Serem razoáveis, justificadas e cumprirem os requisitos da boa gestão financeira, em especial quanto à economia e à eficiência.

Custos diretos elegíveis

14.2. Sob reserva do disposto no artigo 14.º, n.º 1, e, se pertinente, no anexo IV, são elegíveis os custos diretos dos Beneficiários a seguir indicados:

- a) Os custos do pessoal afetado à Ação, correspondentes aos salários brutos reais, acrescidos dos encargos sociais e de outros custos que entram na remuneração. Os salários e os custos não devem exceder os geralmente suportados pelos Beneficiários, a menos que se demonstre que são essenciais para a implementação da Ação;
- b) Os custos de viagem e de estada do pessoal e de outros participantes na Ação, desde que não excedam os normalmente suportados pelos Beneficiários nem as taxas publicadas pela Comissão Europeia à data da missão em causa;
- c) Os custos de aquisição de bens e equipamento (novos ou usados) especificamente destinados à Ação, desde que a propriedade seja transmitida no termo da Ação, se estipulado no artigo 7.º, n.º 5;
- d) Os custos dos bens consumíveis;
- e) Os custos decorrentes de contratos adjudicados pelos Beneficiários para implementação da Ação, referidos no artigo 10.º;
- f) Os custos resultantes diretamente dos requisitos do contrato (por exemplo, divulgação da informação, avaliação específica da Ação, auditorias, traduções,

reprodução, seguros, etc.), incluindo os custos dos serviços financeiros (nomeadamente, das transferências e das garantias financeiras, se estipulado pelo contrato);

g) Direitos, impostos e encargos, incluindo o IVA, pagos e não recuperáveis pelos Beneficiários, salvo disposição em contrário das Condições Especiais;

h) Despesas gerais administrativas, no caso das subvenções de funcionamento.

Opções de custos simplificados

14.3. De acordo com o disposto pormenorizadamente no anexo III, os custos elegíveis podem ser constituídos por qualquer das seguintes opções de custos ou por uma combinação delas:

a) Custos unitários;

b) Montantes fixos;

c) Financiamento a uma taxa fixa.

14.4. Os métodos utilizados pelos Beneficiários para determinarem os custos unitários, montantes fixos e taxas fixas devem ser claramente descritos e justificados no anexo III, assegurar o cumprimento da regra do fim não lucrativo e evitar o financiamento duplo de despesas. As informações utilizadas podem basear-se nos dados contabilísticos e da contabilidade de custos históricos e/ou efetivos ou em informações externas, se disponíveis e adequadas.

Os custos declarados no quadro das opções de custos simplificados devem satisfazer os critérios de elegibilidade enunciados no artigo 14.º, n.ºs 1 e 2. Não têm de ser corroborados por documentos contabilísticos ou comprovativos além dos necessários para demonstrar o cumprimento das condições de reembolso estabelecidas nos anexos I e III.

Estes custos não podem incluir despesas inelegíveis, como as referidas no artigo 14.º, n.º 9, nem custos já incluídos noutros custos declarados ou noutra rubrica do orçamento deste contrato.

Os montantes ou taxas de custos unitários, os montantes fixos ou as taxas fixas enunciadas no anexo III não podem ser alterados unilateralmente nem contestados com base em verificações *ex post*.

14.5. O montante total do financiamento assente em opções de custos simplificados não pode exceder 60 000 EUR por Beneficiário, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

Reserva para imprevistos

14.6. Pode ser inscrita no orçamento da Ação uma provisão para imprevistos e/ou eventuais flutuações das taxas de câmbio, não superior a 5 % dos custos diretos elegíveis, para permitir ajustamentos necessários determinados por alterações imprevisíveis das circunstâncias no terreno. O uso dessa verba está sujeito a autorização prévia, por escrito, da Administração Contratante, a pedido justificado do Coordenador.

Custos indiretos

14.7. Os custos indiretos da Ação são os custos elegíveis que não podem ser indicadas como despesas específicas diretamente relacionadas com a implementação da Ação nem lhe podem ser imputadas diretamente em termos contabilísticos, de acordo com as condições

de elegibilidade enunciadas no artigo 14.º, n.º 1. Contudo, essas despesas em que os Beneficiários incorrem estão relacionadas com os custos diretos elegíveis da Ação. Estes custos não podem incluir despesas inelegíveis, como as referidas no artigo 14.º, n.º 9, nem custos já incluídas noutros custos declaradas ou noutra rubrica do orçamento do presente contrato.

Para cobrir os custos indiretos da Ação, pode ser pedida uma percentagem fixa do montante total dos custos diretos elegíveis da Ação, não superior à percentagem estabelecida no artigo 3.º das Condições Especiais. O financiamento fixo dos custos indiretos não tem de ser justificado por documentos contabilísticos. Esse montante não deve ser tido em conta para efeitos do montante máximo das opções de custos simplificados.

Os custos indiretos não são elegíveis para a subvenção concedida a um Beneficiário para uma Ação se aquele já receber uma subvenção de funcionamento financiada pelo orçamento da União no período em questão.

O presente número não se aplica no caso de uma subvenção de funcionamento.

Contribuições em espécie

- 14.8. As contribuições em espécie, que devem ser indicadas separadamente no anexo III, não correspondem a despesas efetivas e não constituem despesas elegíveis. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, estas contribuições não podem ser tratadas como parte do cofinanciamento pelos Beneficiários.

Se forem aceites contribuições em espécie como cofinanciamento, os Beneficiários devem assegurar o cumprimento das disposições nacionais em matéria fiscal e de segurança social.

Sem prejuízo do disposto *supra*, se a descrição da Ação previr contribuições em espécie, estas devem ser prestadas.

Custos inelegíveis

- 14.9. Não devem ser consideradas elegíveis as seguintes despesas:
- a) Dívidas e serviço da dívida (juros);
 - b) Provisões para eventuais perdas ou responsabilidades futuras;
 - c) Despesas declaradas pelos Beneficiários e financiadas através de outra Ação ou programa de trabalho que receba uma subvenção da União (nomeadamente, através do FED);
 - d) Aquisições de terrenos ou edifícios, exceto se necessários para a execução direta da Ação. Nesse caso, a propriedade deve ser transmitida aos Beneficiários finais e/ou aos Beneficiários locais até ao final da Ação, conforme estipulado no artigo 7.º, n.º 5;
 - e) Perdas cambiais;
 - f) Créditos a terceiros, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

15. ARTIGO 15.º - PAGAMENTO E JUROS DE MORA

Processo de pagamento

- 15.1. A Administração Contratante deve pagar a subvenção ao Coordenador segundo um dos processos seguintes, em conformidade com o disposto no artigo 4.º das Condições Especiais.

Opção 1: Ações cujo período de implementação seja igual ou inferior a 12 meses ou cuja subvenção seja igual ou inferior a 100 000 EUR

- a) Uma primeira fração de pré-financiamento de 80% do montante máximo referido no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais (excluindo imprevistos);
- b) O saldo do montante final da subvenção.

Opção 2: Ações cujo período de implementação seja superior a 12 meses e cuja subvenção seja superior a 100 000 EUR

- a) Uma primeira fração de pré-financiamento correspondente a 100% da parte do orçamento previsto financiada pela Administração Contratante para o primeiro período de referência (excluindo imprevistos). A parte do orçamento financiada pela Administração Contratante é calculada aplicando-se a percentagem indicada no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais;
- b) Outras frações de pré-financiamento correspondentes a 100% da parte do orçamento previsto financiada pela Administração Contratante para o período de referência (excluindo imprevistos não autorizados):
 - por «período de referência» entende-se um período de doze meses, salvo disposição em contrário das Condições Especiais. Quando o período restante até o fim da ação é de até 18 meses, o relatório deve cobrir este período integralmente;
 - no prazo de 60 dias a contar do termo do período abrangido pelo relatório, o Coordenador deve apresentar um relatório intercalar ou, se não puder fazê-lo, deve informar a Administração Contratante das razões por que o não faz e apresentar um resumo da evolução da Ação;
 - se, no termo do período abrangido pelo relatório, a parte da despesa em que os Beneficiários incorreram efetivamente, financiada pela Administração Contratante, for inferior a 70% do pagamento anterior (e a 100% de qualquer dos pagamentos anteriores), o pagamento do pré-financiamento remanescente será reduzido do montante correspondente à diferença entre 70% do pagamento do anterior pré-financiamento e a parte da despesa em que os Beneficiários incorreram efetivamente, financiada pela Administração Contratante;
 - o Coordenador pode apresentar um pedido para outro pagamento de pré-financiamento antes do termo do período abrangido pelo relatório se a parte da despesa em que os Beneficiários incorreram efetivamente, financiada pela Administração Contratante, for superior a 70% do pagamento anterior (e a 100% de quaisquer pagamentos anteriores). Neste caso, o período seguinte abrangido pelo relatório recomeça a correr a partir da data de termo do período abrangido por este pedido de pagamento;
 - além disso, para as subvenções de montante superior a 5 000 000 EUR, só pode ser efetuado um pagamento suplementar de pré-financiamento se a parte dos custos elegíveis aprovados financiada pela Administração

Contratante for, pelo menos, igual ao montante total de todos os pagamentos anteriores exceto o último;

- o montante total dos pré-financiamentos não pode exceder 90 % do montante indicado no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais, excluindo imprevistos não autorizados;

c) O saldo do montante final da subvenção.

Opção 3: Todas as ações

a) O saldo do montante final da subvenção.

Apresentação dos relatórios finais

- 15.2. O Coordenador deve apresentar o relatório final à Administração Contratante, o mais tardar, três meses após o termo do período de implementação definido no artigo 2.º das Condições Especiais. O prazo para a apresentação do relatório final será alargado para seis meses se o Coordenador não tiver a sua sede no país de implementação da Ação.

Pedido de pagamento

- 15.3. O pedido de pagamento deve ser redigido segundo o modelo constante do anexo V e acompanhado de:
- a) Um relatório narrativo e financeiro, em conformidade com o estipulado no artigo 2.º;
 - b) Um orçamento previsional para o período seguinte abrangido pelo relatório, tratando-se de um pedido de pré-financiamento suplementar;
 - c) Um relatório de verificação dos custos ou uma descrição pormenorizada dos custos, se exigido pelo artigo 15.º, n.º 7.

Para efeitos de pagamento inicial do pré-financiamento, o contrato assinado vale como pedido de pagamento. Deve ser anexada uma garantia financeira, se exigida pelas Condições Especiais.

O pagamento não implica o reconhecimento da regularidade, da autenticidade, da completude nem da correção das declarações e informações prestadas.

Prazos de pagamento

- 15.4. A Administração Contratante deve efetuar os pagamentos iniciais do pré-financiamento no prazo de 30 dias a contar da receção do pedido de pagamento.

A Administração Contratante deve efetuar os restantes pagamentos do pré-financiamento e o pagamento do saldo no prazo de 60 dias a contar da receção do pedido de pagamento.

Todavia, a Administração Contratante deve efetuar os restantes pagamentos do pré-financiamento e o pagamento do saldo no prazo de 90 dias a contar da receção do pedido de pagamento se:

- a) O Beneficiário tiver entidades afiliadas;
- b) Mais do que um Beneficiário forem partes no presente contrato;
- c) A Administração Contratante não for a Comissão;

- d) O montante da subvenção for superior a 5 000 000 EUR.

O pedido de pagamento considerar-se-á aceite na ausência de resposta escrita da Administração Contratante nos prazos fixados *supra*.

Suspensão do período de pagamento

- 15.5. Sem prejuízo do disposto no artigo 12.º, a Administração Contratante pode suspender os prazos de pagamento mediante notificação ao Coordenador de um dos seguintes factos:

- a) O montante indicado no seu pedido de pagamento não é devido;
- b) Não-apresentação dos documentos comprovativos adequados;
- c) A Administração Contratante necessita de pedir esclarecimentos, alterações ou informações suplementares aos relatórios narrativos ou financeiros;
- d) A Administração Contratante necessita de efetuar verificações suplementares, incluindo controlos no local, para se assegurar de que a despesa é elegível;
- e) Necessidade de verificar se, no processo de concessão da subvenção ou na execução da Ação, ocorreram os erros graves, irregularidades ou fraudes presumidos;
- f) Necessidade de verificar se os Beneficiários infringiram alguma obrigação importante decorrente do presente contrato.

A suspensão dos prazos de pagamento inicia-se na data do envio, pela Administração Contratante, da notificação referida *supra* ao Coordenador. O prazo recomeça a correr na data de registo de um pedido de pagamento formulado corretamente. O Coordenador deve prestar as informações, os esclarecimentos ou os documentos pedidos no prazo de 30 dias a contar do pedido.

Se, apesar das informações, dos esclarecimentos ou documentos prestados pelo Coordenador, o pedido de pagamento continuar a ser inadmissível, ou se o procedimento de adjudicação ou a execução da subvenção se revelar viciado por erros graves, irregularidades, fraudes ou infração de obrigações, a Administração Contratante pode recusar-se a efetuar outros pagamentos e, nos casos previstos no artigo 12.º, rescindir, consequentemente, o presente contrato.

Além disso, por antecipação, ou em alternativa à rescisão prevista no artigo 12.º, a Administração Contratante pode suspender os pagamentos a título cautelar e sem pré-aviso.

Juros de mora

- 15.6. Se a Administração Contratante efetuar o pagamento ao Coordenador após a data-limite, deve pagar juros de mora nos seguintes termos:

- a) À taxa de redesconto aplicada pelo banco central do Estado da Administração Contratante, se os pagamentos forem efetuados na divisa nacional desse Estado;
- b) À taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas operações principais de refinanciamento em euros, tal como publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*, série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

em vigor no primeiro dia do mês em que o prazo tenha terminado, acrescida de 3,5 pontos percentuais. Os juros incidem no período decorrido entre o termo do prazo de

pagamento e a data em que o pagamento for debitado na conta da Administração Contratante.

Excecionalmente, se os juros calculados nos termos do disposto na presente disposição forem iguais ou inferiores a 200 EUR, estes só serão pagos ao Coordenador a pedido, que deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso.

Os juros de mora não são considerados receita para efeitos do artigo 17.º, n.º 2.

O artigo 15.º, n.º 2, não se aplica se o Coordenador for um Estado-Membro da União Europeia, incluindo autoridades de governos regionais e locais e outras entidades públicas agindo em nome e por conta do Estado-Membro para efeitos do presente contrato.

Relatório de verificação dos custos

15.7. O Coordenador deve apresentar um relatório de verificação dos custos por:

- a) Qualquer pedido de pagamento suplementar do pré-financiamento, no caso de subvenções de montante igual ou superior a 5 000 000 EUR;
- b) Qualquer relatório final, no caso de uma subvenção de montante superior a 100 000 EUR.

O relatório de verificação dos custos deve ser conforme com o modelo constante do anexo VII e elaborado por um revisor de contas aprovado ou escolhido pela Administração Contratante. O revisor de contas deve satisfazer os requisitos enunciados nas Condições de Referência para a Verificação dos custos, constante do anexo VII.

O revisor de contas deve verificar se os custos e as receitas da Ação declaradas pelos Beneficiários são reais, se foram devidamente contabilizadas e se são elegíveis nos termos do presente contrato. O relatório de verificação dos custos deve abranger todos os custos não abrangidos por qualquer relatório anterior de verificação dos custos.

Se a verificação dos custos não for obrigatória, , a partir do segundo pedido de pagamento de pré-financiamento suplementar (ou seja, 3.º, 5.º, 7.º, ... pagamento de pré-financiamento), deve ser apresentada, de dois em dois pedidos de pagamento do pré-financiamento uma discriminação pormenorizada dos custos que cubra os períodos anteriores abrangidos por relatórios ainda não cobertos.

A discriminação pormenorizada dos custos deve conter, por cada rubrica de despesas do relatório financeiro e para todos os registos e transações subjacentes, as seguintes informações: montante do registo ou da transação, referência contabilística (por exemplo, devedor, diário ou outra referência pertinente), descrição do registo ou da transação (especificando a natureza da despesa) e referência dos documentos correspondentes (por exemplo, número de fatura, folha de salário ou outra referência pertinente), em conformidade com o disposto no artigo 16.º, n.º 1. A descrição deve ser apresentada em formato eletrónico e em formato de folha de cálculo (*Excel* ou semelhante), sempre que possível.

A descrição pormenorizada dos custos deve ser corroborada por uma declaração solene, do Coordenador, de que as informações constantes do pedido de pagamento são completas, fiáveis e verdadeiras, e que os custos declarados foram suportados e podem ser considerados elegíveis nos termos do presente contrato.

O relatório final deve incluir em todos os casos uma descrição pormenorizada dos custos que abranja toda a Ação.

Se o Coordenador for um departamento governamental ou um organismo público, a Administração Contratante pode aceitar a discriminação pormenorizada dos custos em vez da verificação dos custos.

O Coordenador não deve apresentar o relatório de verificação dos custos se a verificação for efetuada diretamente pelo pessoal próprio da Administração Contratante, pela Comissão ou por um organismo autorizado a fazê-lo em seu nome, de acordo com o artigo 5.º, n.º 2, das Condições Especiais.

Garantia financeira

- 15.8. Se o montante da subvenção exceder 60 000 EUR, a Administração Contratante pode pedir uma garantia financeira pelo montante do pagamento inicial do pré-financiamento.

A garantia deve ser expressa em euros ou na divisa da Administração Contratante, em conformidade com o modelo constante do anexo VIII e, salvo acordo em contrário da Administração Contratante, prestada por uma instituição bancária ou financeira autorizada estabelecida num dos Estados-Membros da União Europeia. A garantia deve manter-se válida até à sua liberação pela Administração Contratante, no momento do pagamento do saldo.

Esta disposição não se aplica se o Coordenador for uma organização sem fins lucrativos, uma organização que tenha assinado um acordo-quadro de parceria com a Comissão Europeia, um departamento governamental ou um organismo público, salvo disposição em contrário das Condições Especiais

Regras para a conversão de divisas

- 15.9. A Administração Contratante deve efetuar os pagamentos ao Coordenador através da conta bancária mencionada na ficha de identificação financeira constante do anexo V, que permite identificar os fundos pagos pela Administração Contratante. A Administração Contratante deve efetuar os pagamentos em euros ou na divisa do Estado a que pertence, consoante a divisa estipulada nas Condições Especiais.

Os relatórios devem exprimir os valores na divisa indicada nas Condições Especiais e podem ser elaborados a partir de demonstrações financeiras em que os valores sejam expressos noutras divisas, com fundamento na legislação e nas normas contabilísticas aplicáveis a que os Beneficiários estejam sujeitos. Nesse caso, e para efeitos de apresentação de relatórios, a conversão na divisa indicada nas Condições Especiais deve ser efetuada com recurso à taxa de câmbio a que a contribuição da Administração Contratante foi registada nas contas dos Beneficiários, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

Os custos suportados expressos noutras divisas que não as utilizadas nas contas dos Beneficiários devem ser convertidos segundo a Inforeuro mensal na data do pagamento ou de acordo com as suas práticas contabilísticas, se previsto nas Condições Especiais.

Se se verificar uma variação excecional da taxa de câmbio, as partes devem proceder a consultas para alterar a Ação, a fim de minimizar os efeitos dessa variação cambial. Se necessário, a Administração Contratante pode tomar medidas suplementares, nomeadamente rescindir o contrato.

16. ARTIGO 16.º - CONTABILIDADE E CONTROLO TÉCNICO E FINANCEIRO

Contabilidade

- 16.1. O Beneficiário deve manter uma contabilidade precisa e regular da implementação da Ação, utilizando para o efeito um sistema contabilístico adequado de partidas dobradas.

A contabilidade:

- a) Pode ser parte integrante do sistema normal do Beneficiário ou um complemento desse sistema;
 - b) Deve ser conforme com as orientações e normas em matéria de contabilidade aplicáveis no país em causa;
 - c) Deve permitir o rastreio, a identificação e a verificação fáceis das receitas e dos custos relativos à Ação.
- 16.2. O Coordenador deve assegurar a correta conciliação do relatório financeiro a que se refere o artigo 2.º com o sistema de contabilidade e com os documentos contabilísticos subjacentes e outros registos pertinentes. Para o efeito, os Beneficiários devem elaborar e manter conciliações adequadas, calendários comprovativos, análises e repartições para efeitos de inspeção e verificação.

Direito de acesso

- 16.3. Os Beneficiários devem autorizar verificações pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude, pelo Tribunal de Contas Europeu e, eventualmente, por um auditor externo mandatado pela Administração Contratante. Os Beneficiários devem tomar todas as providências no sentido de facilitar o trabalho a essas entidades.
- 16.4. Os Beneficiários devem permitir às entidades acima referidas:
- a) O acesso às instalações e outros locais de execução da Ação;
 - b) O exame dos seus sistemas contabilísticos e informáticos, documentos e bases de dados relativos à gestão técnica e financeira da Ação;
 - c) A cópia de documentos;
 - d) A realização de controlos no local;
 - e) A realização de uma auditoria integral assente em todos os documentos contabilísticos e em quaisquer outros documentos pertinentes ao financiamento da Ação.
- 16.5. Além disso, o Organismo Europeu de Luta Antifraude deve ser autorizado a efetuar os controlos e verificações de acordo com os procedimentos estabelecidos pela legislação da União Europeia em matéria de proteção dos interesses financeiros da União Europeia contra fraudes e outras irregularidades.

Se se justificar, as verificações podem conduzir à recuperação de fundos pela Comissão.

- 16.6. O acesso das pessoas mandatadas pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude e pelo Tribunal de Contas e, eventualmente, de um revisor de contas externo mandatado pela Administração Contratante para proceder a verificações nos termos do presente artigo e do artigo 15.º, n.º 7, rege-se pela confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que essas pessoas estejam sujeitas.

Conservação de registos

- 16.7. Os Beneficiários devem conservar todos os registos e documentos contabilísticos e comprovativos relativos ao presente contrato durante cinco anos após o pagamento do saldo, ou três anos no caso de subvenções cujo montante não exceda 60 000 EUR; em

todo o caso, até que uma auditoria ou verificação em curso, um recurso, litígio ou reclamação pendente tenha sido dirimido.

Os documentos devem estar facilmente acessíveis e classificados de forma a permitir um exame fácil, devendo o Coordenador informar a Administração Contratante do seu lugar exato.

- 16.8. Todos os documentos comprovativos devem encontrar-se disponíveis no seu formato original, incluindo o eletrónico.
- 16.9. Além dos relatórios referidos no artigo 2.º, nos documentos referidos no presente artigo incluem-se os seguintes:
- a) Registos contabilísticos (informatizados ou manuais) do sistema contabilístico dos Beneficiários, como o razão geral, os razões auxiliares, as contas de salários, o registo dos ativos imobilizados e outras informações contabilísticas pertinentes;
 - b) Comprovativos dos procedimentos de adjudicação de contratos, como documentos de concurso, propostas dos proponentes e relatórios de avaliação;
 - c) Comprovativos dos compromissos assumidos, como contratos e notas de encomenda;
 - d) Comprovativos de prestação de serviços, tais como relatórios aprovados, fichas das horas de trabalho, títulos de transporte, comprovativos de participação em seminários, conferências ou cursos de formação (incluindo a documentação respetiva e o material obtido, certificados), etc.;
 - e) Comprovativos da receção de mercadorias, tais como notas de entrega dos fornecedores;
 - f) Comprovativos da conclusão de obras, como certificados de receção;
 - g) Comprovativos de compras, como faturas e recibos;
 - h) Comprovativos de pagamento, como extratos bancários, notas de débito, provas de liquidação pelo subcontratante;
 - i) Comprovativos de que os impostos e/ou IVA pagos não podem efetivamente ser recuperados;
 - j) Uma lista recapitulativa da quilometragem percorrida, do consumo médio dos veículos utilizados, do preço do combustível e dos custos de manutenção, no que se refere às despesas de combustível e de lubrificantes;
 - k) Registo do pessoal e mapas de salário, tais como contratos, fichas de salário e registo das horas de trabalho. Em relação ao pessoal local com contrato a termo certo, montante da remuneração paga, devidamente certificada pelo responsável a nível local, com uma repartição por salário bruto, contribuições para a segurança social, seguro e salário líquido. As análises e discriminações dos custos por mês de trabalho efetivo são avaliadas com base nos preços unitários por período de trabalho verificável e numa repartição por salário bruto, contribuições para a segurança social, seguro e salário líquido, no que diz respeito a pessoal expatriado e/ou baseado na Europa (se a Ação for executada na Europa).

17. ARTIGO 17.º – MONTANTE FINAL DA SUBVENÇÃO

Montante final

- 17.1. A subvenção não pode exceder o limite máximo fixado no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais, quer em termos de valor absoluto quer em termos de percentagem.

Se os custos totais no final da Ação forem inferiores ao montante total estimado dos custos elegíveis a que se refere o artigo 3.º, n.º 1, das Condições Especiais, a subvenção da Administração Contratante limitar-se-á ao montante obtido mediante a aplicação da percentagem estabelecida no artigo 3.º, n.º 2, das Condições Especiais aos custos elegíveis da Ação aprovados pela Administração Contratante.

- 17.2. Além disso, e sem prejuízo do direito que lhe assiste de rescindir o contrato ao abrigo do artigo 12.º, se a Ação não for implementada ou o for deficiente, parcial ou tardiamente, a Administração Contratante pode, mediante decisão devidamente fundamentada e após ter permitido ao Beneficiário apresentar as suas observações, reduzir a subvenção inicial proporcionalmente à implementação efetiva da Ação e nos termos do presente contrato.

Ausência de lucro

- 17.3. A subvenção não pode gerar lucro para os Beneficiários, salvo disposição em contrário do artigo 7.º das Condições Especiais. Entende-se por «lucro» um excedente dos recibos relativamente aos custos elegíveis aprovados pela Administração Contratante à data da apresentação do pedido de pagamento do saldo.

- 17.4. Os recibos a ter em conta são os recibos consolidados na data da apresentação pelo Coordenador do pedido de pagamento que se subsumam a uma das seguintes categorias:

- a) Receitas geradas pela Ação, salvo disposição em contrário das Condições Especiais;
- b) Contribuições financeiras especificamente consignadas pelos doadores ao financiamento dos mesmos custos elegíveis financiados pelo presente contrato. Não é considerada receita a ter em conta para efeitos de verificação de uma eventual geração de lucro pela Ação em favor dos Beneficiários a contribuição financeira que possa ser utilizada pelos Beneficiários para cobrir outros custos que não os elegíveis nos termos do presente contrato ou que não sejam devidos ao doador se não utilizados no final da Ação.

- 17.5. Tratando-se de uma subvenção de funcionamento, os montantes dedicados à constituição de reservas não devem ser considerados receitas.

- 17.6. Se o montante final da subvenção determinado nos termos do contrato resultar em lucro, deve ser reduzido da percentagem do lucro correspondente à contribuição da União Europeia para os custos elegíveis aprovados pela Administração Contratante.

- 17.7. O disposto no n.º 3 não se aplica a:

- a) Ações cujo objetivo consista no reforço da capacidade financeira de um Beneficiário, se estabelecido no artigo 7.º das Condições Especiais;
- b) Ações que gerem receita para assegurar a sua continuidade para além do termo do presente contrato, se estabelecido no artigo 7.º das Condições Especiais;
- c) Outros apoios diretos pagos às pessoas singulares mais necessitadas, como desempregados e refugiados, se estabelecido no artigo 7.º das Condições Especiais;
- d) Bolsas de estudo, de investigação ou de formação pagas a pessoas singulares;
- e) Subvenções de montante igual ou inferior a 60 000 EUR.

18. ARTIGO 18.º – RECUPERAÇÃO

Recuperação

- 18.1. Em caso de pagamento indevido de qualquer montante ao Coordenador, ou se a recuperação se justificar nos termos do presente contrato, o Coordenador compromete-se a reembolsar esse montante à Administração Contratante.
- 18.2. Os pagamentos efetuados não precludem a possibilidade de a Administração Contratante emitir uma ordem de cobrança na sequência de um relatório de verificação de despesas, de uma auditoria ou de outra verificação do pedido de pagamento.
- 18.3. Se a verificação revelar que os métodos utilizados pelos Beneficiários para determinarem os custos unitários, montantes fixos ou taxas fixas não são conformes com as condições estabelecidas pelo presente contrato, tendo, por conseguinte, sido efetuado um pagamento indevido, a Administração Contratante tem o direito de recuperar proporcionalmente até ao montante dos custos unitários, montantes fixos ou taxa fixa de financiamento.
- 18.4. O Coordenador compromete-se a reembolsar à Administração Contratante a eventual diferença entre os montantes pagos e o montante final devido no prazo de 45 dias a contar da data de emissão da nota de débito, sendo esta última constituída pela carta em que a Administração Contratante pede o montante devido pelo Coordenador.

Juros de mora

- 18.5. Se o Coordenador não proceder ao reembolso no prazo fixado pela Administração Contratante, esta pode adicionar aos montantes devidos juros de mora à taxa:
 - a) De redesconto aplicada pelo banco central do Estado da Administração Contratante, se os pagamentos forem efetuados na divisa desse Estado;
 - b) Aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada no *Jornal Oficial da União Europeia*, Série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

no primeiro dia do mês em que o prazo tenha terminado, acrescida de 3,5 pontos percentuais. Os juros incidem no período decorrido entre o termo do prazo de pagamento fixado pela Administração Contratante e a data em que o pagamento for efetivamente efetuado. Qualquer pagamento parcial será imputado em primeiro lugar aos juros de mora assim determinados.

Compensação

- 18.6. Os montantes a reembolsar à Administração Contratante podem ser compensados por montantes de qualquer tipo devidos ao Coordenador, após informação nesse sentido. Esta disposição não afeta o direito das partes de acordarem no pagamento em prestações.

Outras disposições

- 18.7. O reembolso nos termos do artigo 18.º, n.º 14, ou a compensação nos termos do artigo 18.º, n.º 7, corresponde ao pagamento do saldo.
- 18.8. Os encargos bancários resultantes do reembolso dos montantes devidos à Administração Contratante são suportados exclusivamente pelo Coordenador.
- 18.9. A garantia do pré-financiamento pode ser acionada para o reembolso de qualquer montante devido pelos Beneficiários, devendo o garante proceder ao pagamento sem demora nem objeções, qualquer que seja a razão.

- 18.10. Sem prejuízo da prerrogativa da Administração Contratante, se necessário, a própria União Europeia pode, na qualidade de doadora, proceder à cobrança por quaisquer meios.
